



Imagens mostram estruturas cortadas e destruídas em Sosas

Campanha de Tourinho denuncia ato de vandalismo eleitoral

A campanha de Pedro Tourinho (PT), candidato a deputado federal por Campinas, denunciou a destruição de materiais de propaganda no distrito de Sosas. Registros em vídeo feitos por pedestres no local e enviados à imprensa mostram o momento exato em que uma pessoa danifica a estrutura instalada. As imagens exibem os painéis cortados e destruídos. “Isso é tentativa de intimidação, intolerância e violência política. E nós não podemos ficar inertes diante deste episódio”, afirma Tourinho. “A campanha está grande. Está por toda Campinas. E uma campanha que cresce, mobiliza tanta gente e ocupa a cidade também incomoda os intolerantes. Mas se a intenção era nos intimidar, o efeito vai ser exatamente o contrário”, acrescenta. Os itens haviam sido colocados em conformidade com as normas vigentes, segundo a assessoria do candidato.

Reação do candidato

A coordenação da campanha informou que avalia as providências cabíveis em relação ao caso e reiterou a defesa de uma disputa eleitoral baseada no respeito às diferenças e nas regras democráticas. “Em 2022, fui o candidato a deputado federal mais votado de Campinas. Agora vamos responder a esse ataque fazendo uma campanha ainda maior”, afirma evocando o plano de intensificar as agendas públicas nas semanas finais da disputa.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Tourinho assumiu a cadeira como suplente de Rui Falcão

Trajetória

Tourinho é médico sanitarista, natural de Belo Horizonte (BH). Exerceu o mandato de vereador de Campinas por dois mandatos consecutivos. Na eleição estadual de São Paulo em 2022 obteve 74.729 votos para a Câmara dos Deputados, ficando como quarto suplente da federação. Assumiu a vaga em 2024 após o afastamento de Rui Falcão. Nas eleições municipais de Campinas disputou o cargo de prefeito em 2020 e em 2024. Neste último, alcançou o segundo lugar na votação com 123.500 votos.

Enfoque

A principal bandeira de Tourinho é a saúde pública. Ao longo das gestões públicas e mandatos no Poder Legislativo, concentrou a atuação profissional e política na área de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). No currículo, há também candidatura ao cargo de deputado estadual por São Paulo em 2018 e ações no movimento sindical da saúde em Campinas.

PINGA-FOGO

Dominó

O Recap (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Campinas e Região) está preocupado com os efeitos do cenário internacional sobre os preços dos combustíveis, principalmente do diesel. Afirma que conflitos e dificuldades na produção e no transporte de petróleo e derivados elevaram os custos no mercado mundial e já repercutem no Brasil.

Diesel

Segundo o Recap, o impacto é maior no diesel porque uma parcela do consumo nacional depende de importações. A entidade afirma ter recebido relatos de postos associados sobre aumentos frequentes nos valores cobrados pelas distribuidoras. Além disso, diz haver registros de restrições pontuais na oferta em algumas regiões do País.

Na ponta

O sindicato ressalta que os postos revendedores estão na etapa final da comercialização. Por isso, os preços praticados nas bombas refletem não apenas o valor pago pelo combustível, mas também despesas com estoque, transporte, operação e capital de giro. Assim, a margem do posto não seria o único fator a explicar eventuais reajustes.

Cadeia

Para o Recap, a avaliação dos preços precisa considerar toda a cadeia de comercialização. Entre os fatores citados estão os valores definidos nas refinarias, os custos de importação, transporte e distribuição, além dos tributos e das condições de mercado de cada região. Dessa forma, o preço final pode variar conforme a estrutura da cadeia.

País rodoviário

A entidade também chama atenção para o papel do diesel na economia. O combustível é utilizado no transporte de cargas e no deslocamento de produtos, além de integrar atividades como agricultura e abastecimento de alimentos. Por isso, segundo o sindicato, alterações na oferta ou nos preços atingem vários setores.

Definição de preços

O Recap afirma que não determina reajustes nem recomenda preços aos revendedores. Cada posto, segundo a entidade, é uma empresa independente e estabelece valores conforme os custos e as condições comerciais do local. O sindicato informou que continuará monitorando o mercado e os efeitos do cenário internacional.



Ponte terá que depositar R\$ 87.312,50 em juízo, conforme decisão judicial

Ponte pagará R\$ 87 mil por dados que deveria dar de graça em ação

AAPP não forneceu informações solicitadas em processo judicial

Por **Raquel Valli**

A Ponte Preta terá que pagar R\$ 87.312,50 para um perito judicial extrair dados do sistema interno do clube.

A determinação é da juíza Vanessa Miranda Tavares de Lima, tomada após o descumprimento reiterado de ordens para o fornecimento das informações. O depósito judicial do valor total deve ocorrer no prazo de quinze dias, contados a partir da ordem judicial, dada no último dia 16. A perícia forçada decorre de ação movida em 2021 pelos ex-conselheiros Eduardo Bertolazzi e Errol dos Santos.

O advogado de ambos, João Felipe Artioli, afirma que os dados disponíveis indicam vício nos processos eleitorais. Segundo a defesa, a recusa no pagamento pela Ponte ou no acesso às informações do clube implicará presunção de veracidade das irregularidades apontadas no processo.

“É importante ressaltar que os dados que já temos evidenciam que tanto o processo eleitoral de 2021 quanto o de 2025 foram viciados, maculados de maneira irreversível, com conselheiros retirados do quadro irregularmente e outros votaram ou receberam votos sem ter esse direito, pois estavam inadim-

plentes”, declara Artioli.

O perito José Pio Tamasia Santos estimou 83 horas de trabalho para coleta, extração, análise e laudo. O levantamento abrange o período de janeiro de 2018 até a data da diligência. A ordem judicial inclui mapeamento de usuários, registros e origem de acessos, histórico de manipulação de dados de conselheiros, alterações de privilégios e configurações, mecanismos de auditoria, supressão de registros e falhas após redefinição de senha de administrador.

A auditoria visa averiguar pontos denunciados pela defesa, como o uso de contas com acesso total ao sistema fora dos perfis da gestão do Conselho Deliberativo, o acesso do ex-assessor David Martins com alteração de dados da oposição, o acesso de Marco Antonio Eberlin sem vínculo formal com o conselho, acessos fora do horário padrão e alteração no status de votantes antes dos pleitos, além de pagamentos de mensalidades em espécie concentrados em datas específicas e inclusões rápidas de conselheiros. Procurada pelo **Correio da Manhã**, a Ponte Preta não respondeu aos contatos da reportagem para posicionamento.